

Sábado

18-07-2019

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

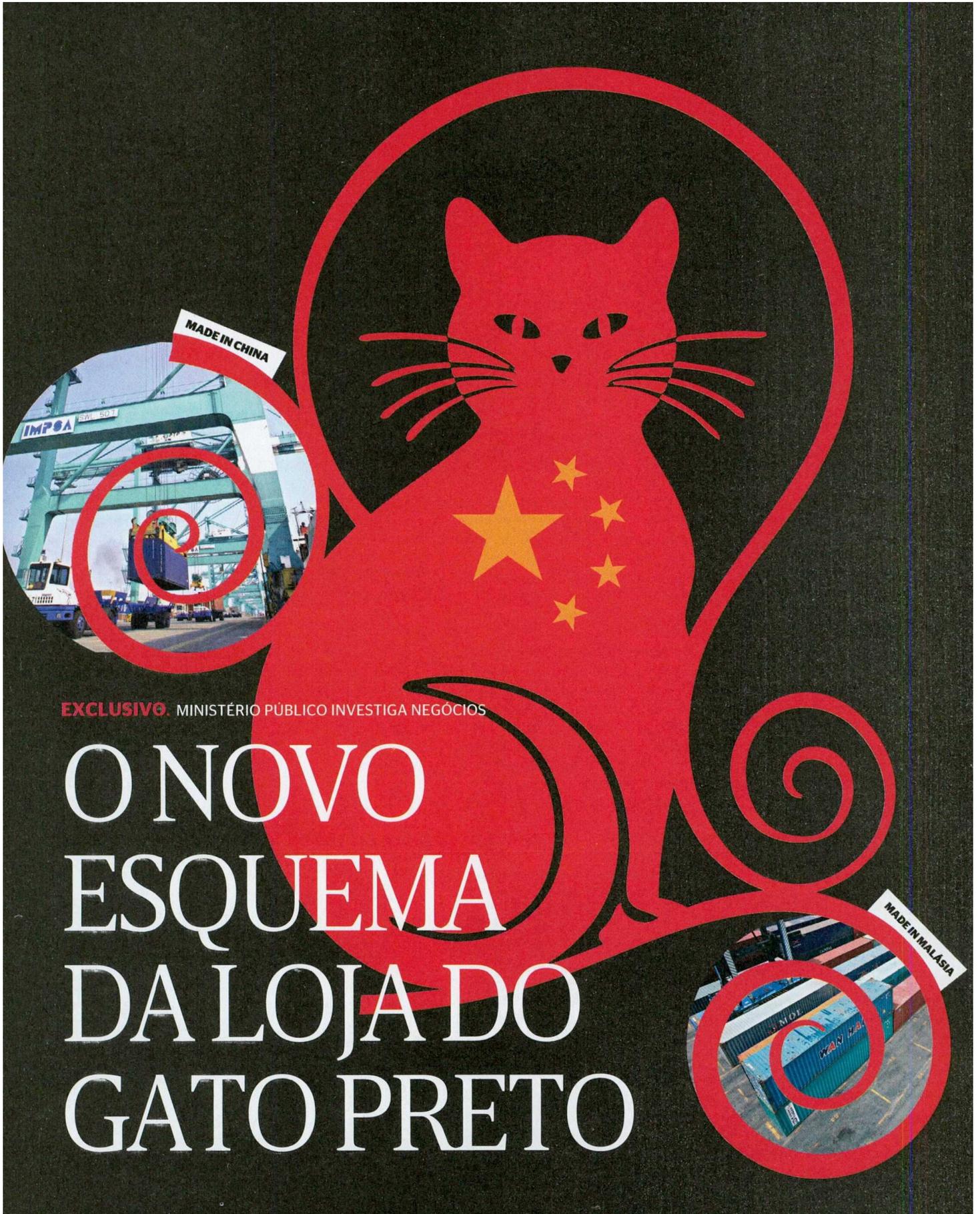
Tiragem: 116250

Temática: Justiça

Dimensão: 2490 cm<sup>2</sup>

Imagem: S/Cor

Página (s): 48 a 51



**EXCLUSIVO.** MINISTÉRIO PÚBLICO INVESTIGA NEGÓCIOS

# O NOVO ESQUEMA DA LOJA DO GATO PRETO

Sábado

18-07-2019

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 116250

Temática: Justiça

Dimensão: 2490 cm<sup>2</sup>

Imagem: S/Cor

Página (s): 48 a 51

Os sócios e a empresa já esconderam muitos milhões de euros em *offshore* e praticaram uma gigantesca fraude fiscal no caso Furacão. Os crimes foram “perdoados” com a promessa de bom comportamento e uma multa de milhões. Agora, o Fisco apanhou-os de novo, mas num esquema de contrabando e falsificação de documentos – e a Gato Preto já disse que quer um novo perdão.

Por António José Vilela

“**M**ais indiciam os autos que tais mercadorias [artigos de mesa em porcelana] foram, ao que tudo faz suspeitar, com o conhecimento e sob instruções da Loja do Gato Preto, Artesanato e Decoração, Lda., transportadas de portos na República Popular da China para o porto de Klang, na Malásia, onde a mesma foi reexpedida para Portugal, acompanhada de documentação destinada a fazer crer às autoridades aduaneiras nacionais de que tais produtos eram originários desse país e não da República Popular da China.” Esta é uma das justificações que constam no mandado do Ministério Público (MP) que justificou, em junho de 2017, a operação de busca e apreensão (e também a quebra do sigilo fiscal) da popular empresa portuguesa com sede em Linda-a-Velha, no concelho de Oeiras.

A operação judicial inseriu-se numa investigação bastante complexa e ainda em curso visando um alegado esquema de importações de utensílios de mesa e cozinha, em cerâmica, praticado pela Loja do Gato Preto. Conforme refere um conjunto de documentação a que a **SÁBADO** acedeu, a empresa começou por ser suspeita de omitir o pagamento de impostos aduaneiros avaliados em cerca de 412 mil euros e de ter praticado crimes de contrabando (Regime Geral de Infrações

Tributárias) e de falsificação ou contração de documento. No total, estavam em causa 20 importações de contentores de mercadorias, efetuadas entre 2013/14 com uma empresa chinesa, a Choosing Porcelain. Mas as suspeitas das autoridades portuguesas estenderam-se depois a mais negócios com outras empresas chinesas que forneceram mercadorias, entre 2012/18, à Loja do Gato Preto.

A empresa portuguesa já foi constituída arguida no processo aberto em 2017. Vários funcionários da Gato Preto e dois sócios da empresa, Marina Ramos e Mário Tendeiro, também são arguidos. Antes deste caso, tanto a empresa como estes mesmos sócios já estiveram envolvidos num processo de fraude fiscal qualificada muito mediatizado, o caso Furacão. Foi aqui que ficou provado que sócios e empresa andaram durante anos a fugir ao Fisco através de mais um esquema que, entre 2002 e 2006, usou faturas fictícias de quase 28 milhões de euros produzidas em nome do *offshore* Unicorn Trade (controlado pela Gato Preto). Resultado: sócios e empresa esconderam mais de nove milhões de euros em contas na Suíça, mas acabaram por ser apanhados pelo MP e tiveram de pagar, em 2009, cerca de 2,4 milhões de euros para não serem acusados de fraude fiscal qualificada.

Na altura, a Gato Preto e os sócios acordaram com o MP a suspensão

🕒 O processo em que a Loja do Gato Preto é arguida visa a importação de artigos de mesa de porcelana que vinham da China mas que mudavam de contentores na Malásia. Para evitar pagar impostos mais altos

provisória do processo, um instituto legal previsto para crimes cuja pena de prisão não seja superior a 5 anos. Se pagarem avultadas multas, empresas e particulares não são acusados e ficam com o cadastro limpo ao fim de poucos anos.

No atual processo, a empresa já pediu o mesmo tratamento ao MP, argumentando, por exemplo, que os novos crimes “protegem ou tutelam bens jurídicos distintos e, assim sendo, necessariamente possuem distinta natureza”, conforme se lê num requerimento dos advogados que representam a empresa, a que a **SÁBADO** acedeu, dirigido à 8ª Secção do Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) de Lisboa. Precisamente o órgão do MP que colocou nas mãos da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) a investigação deste complexo caso que nasceu da colaboração das Finanças com o OLAF, o Organismo Europeu de Luta AntiFraude.

#### A operação à Malásia

O esquema internacional foi confirmado em definitivo pelo OLAF depois de uma missão realizada em janeiro de 2017 à Malásia com o objetivo de obter das autoridades locais informações sobre o transbordo de contentores suspeitos alegadamente provenientes da China com utensílios de mesa e de cozinha, em cerâmica. No local, os investigadores europeus obtiveram dois tipos de lis- 📄

**A AUTORIDADE TRIBUTÁRIA DETEVEU 20 ENCOMENDAS SUSPEITAS DE CONTENTORES COM PORCELANAS**

tas que, cruzadas, revelaram o que realmente se passava nos portos de Klang e de Tanjung Pelepas: uma das listas tinha a identificação dos contentores procedentes da China; a outra os dados dos contentores onde depois as mercadorias chinesas foram recondicionadas para serem transportadas para a União Europeia, com indicações de que a origem seria o Bangladesh.

Na posse da confirmação da identidade dos exportadores e dos destinatários envolvidos no esquema de evasão de impostos, o OLAF distribuiu os alvos europeus pelos serviços de antifraude aduaneira dos diferentes países. Para Portugal, seguiu a confirmação de 19 importações de mercadorias (mais tarde, a AT juntou-lhe um novo caso, num total de 20) feitas pela Loja do Gato Preto, Artesanato e Decoração, Lda. Só as importações de 2013 tinham beneficiado do pagamento de uma taxa reduzida de direitos aduaneiros de 8,4% (a importação da China era taxada a 12%), uma vez que no certificado de origem dos produtos constava a Malásia, um país que até esse ano beneficiou de taxas reduzidas de cobrança de impostos.

À não cobrança destes impostos somava-se uma outra questão ainda mais relevante: as taxas *antidumping*. Na prática, estas taxas fazem parte de uma política comercial aplicada unilateralmente pela UE com vista a assegurar a concorrência leal, estipulando valores de impostos consoante o produto, o volume e os países de origem da mercadoria, tendo sempre em conta o respeito por preços mínimos de importação. Ou seja, para evitar o *dumping*, que ocorre sempre que uma empresa vende um produto no mercado de exportação a um preço inferior ao do seu mercado interno.

### Mais encomendas suspeitas

Depois da intervenção do OLAF, veio a investigação da Autoridade Tributária, que concluiu o seguinte: "(...) foi possível verificar que existiu um esquema construído e pormenorizadamente organizado de alteração de faturas e documentação por parte da Loja do Gato Preto e do

### A busca

A operação das Finanças à Loja do Gato Preto foi em junho de 2017. Foram apreendidos documentos nos setores de compras e de contabilidade da empresa

### NO INÍCIO DO PROCESSO, O FISCO DETETOU QUE A LOJA DO GATO PRETO NÃO PAGOU 412 MIL EUROS DE IMPOSTOS

**1** A Loja do Gato Preto, dois sócios e vários funcionários foram constituídos arguidos

**2** A vigilância do organismo anti-fraude europeu, o OLAF, foi fundamental no início da investigação



seu fornecedor chinês Choosing, com o objetivo de, não só pagar menores taxas de direitos *antidumping*, como também evitar o pagamento de direitos aduaneiros e direitos *antidumping* e consequentemente o IVA sobre esses direitos."

Os dados que constam neste relatório da AT, de 9 de março de 2018, incluíram também a análise dos *emails* apreendidos na busca à Loja do Gato Preto, que levaram os investigadores a concluir que a empresa portuguesa terá estado sempre a par do esquema (ver caixa). Além disso, segundo a inspetora tributária encarregada do processo, Rosinda Leite, a Loja do Gato Preto e o fornecedor chinês poderão ter iludido as autoridades a fim de "evitar, de todo" o pagamento de vários impostos. Já no fim do relatório de 35 páginas, a AT

estabeleceu ainda a possibilidade de o alegado esquema poder ter sido utilizado pela Loja do Gato Preto com outros fornecedores chineses.

Esta suspeita assentou no facto de os investigadores terem apreendido um *email*, de 16 de novembro de 2012, enviado pela sócia Marina Ramos ao sócio Mário Tendeiro, que indicaria que a solução encontrada para a empresa Choosing também poderia ser estendida à Top Collection, à Eaton Fine Dining e à United Ceramics, tudo empresas chinesas fornecedoras da Gato Preto que estavam sujeitas a uma taxa de direitos *antidumping* de 58,8%. Assim, a AT abriu mais uma porta na investigação, ou seja, passou a suspeitar de novos alvos e de negócios concretizados num período bem maior: entre 13 de dezembro de 2012 e 30 de junho de 2018.

A 25 de março deste ano, a AT informou o MP que, além da Choosing Porcelain, já tinha identificado três outras empresas da China que teriam acordado com a Gato Preto a passagem de faturas em nome de outras empresas chinesas que, estas sim, beneficiavam de taxas de direitos de *antidumping* inferiores a quem realmente produziu as mercadorias – os valores das taxas de *antidumping* variam consoante o produtor-exportador das mercadorias em causa.





E ainda foram detetadas outras suspeitas. “Para além dos factos descritos, foi ainda possível apurar que a Loja do Gato Preto e o seu fornecedor/produzidor Junior Star Enterprise Co. Ltd., combinaram um esquema de subvalorização dos preços das mercadorias que transacionassem e que estivessem sujeitas a *antidumping*, a fim de permitir o pagamento de direitos aduaneiros e direitos *antidumping* aplicáveis a essas mercadorias, de valor inferior ao que na realidade deveriam ser pagos”, salientou o relatório da AT deste ano.

Ainda sem conseguir calcular os valores que alegadamente não teriam sido pagos em impostos ao longo dos anos pela Gato Preto, a AT pediu ao MP que fosse autorizada a extração de uma certidão de vários documentos do processo de contrabando para iniciar uma nova investigação.

### Sócios dizem-se inocentes

Interrogados duas vezes no inquérito, os sócios da Gato Preto declararam-se inocentes da prática de crimes, disseram que não sabiam onde eram fabricados todos os produtos que importavam e argumentaram que não tinham tido conhecimento de vários *emails* alegadamente comprometedores que lhes foram dirigidos pela empresa chinesa ou por vários funcionários da Gato Preto. À SÁBADO, que os contactou para os



VITOR MOTA

respetivos telemóveis para poderem pronunciar-se sobre as suspeitas do processo, os dois sócios da Gato Preto não quiseram falar sobre o caso.

No entanto, no processo, também os advogados da empresa, da Azere do Perdigão & Associados, colocaram sempre o ónus da responsabilidade do esquema de contrabando e falsificação de documentos nas costas da sociedade chinesa que fornece a Gato Preto há mais de 20 anos. Disseram até que a empresa portuguesa não tinha forma de controlar se os produtos que comprava eram feitos na China ou na Malásia, até porque trabalhava com “223 fornecedores asiáticos” que lhe vendiam mais de 500 produtos diferentes. Em suma, a empresa insistiu sempre que nunca quis lesar o Estado português e argumentou que as decisões que tomou na altura foram ditadas pela ausência de suspeitas de crimes e baseadas numa “gestão financeira compreensivelmente focada no controlo dos custos” porque a empresa atua num mercado que é “escravo do preço mais baixo”.

### Os emails fatais

#### Finanças apanharam contactos com fornecedores chineses

**20/02/13 - 19h36:** a Gato Preto informa a empresa chinesa Choosing que na fatura de uma encomenda não podiam ser detalhados custos de transporte porque isso **revelaria** que os bens vinham da China e não da Malásia. Empresa portuguesa sugeriu que os custos constassem na fatura como “material de embalagem”.

**3** A investigação do processo 1/17.0ARLSB decorre na 8.ª Secção do DIAP de Lisboa

## 2017 O processo

resultou de uma denúncia feita há pouco mais de dois anos pelas Finanças ao Ministério Público

**OS DOIS SÓCIOS DA GATO PRETO DIZEM-SE INOCENTES. MAS A AT QUER INVESTIGAR AINDA MAIS A EMPRESA**

Além disso, a sócia Marina Ramos também reconheceu à AT que a Gato Preto chegou a estar numa situação financeira difícil e que isso a terá levado a aceitar as condições propostas pelos chineses que levaram à fuga ao Fisco. Curiosamente, parte destes argumentos foram utilizados na Operação Furacão, pois a empresa também garantiu que não sabia que cometera qualquer crime no esquema de fraude fiscal e depois tentou impedir a SÁBADO de aceder à documentação do processo refugiando-se num argumento curioso: disse que os pormenores dos casos de quem andara a fugir ao Fisco em Portugal não eram do interesse público, mas sim uma forma de destibilizar as empresas e até o País.

Na altura, a Gato Preto referiu que Portugal atravessava um “período de crise económica e social”, um cenário que, segundo argumentou, deveria servir para justificar o “direito das empresas e dos seus representantes legais a não serem perturbados”. Para a empresa e os sócios, o valor da “paz social dentro da empresa” e a relação com os trabalhadores, fornecedores e bancos devia “sobrepor-se ao interesse jornalístico”.

Agora, no novo processo por contrabando, a Gato Preto também parece apostada em preservar a paz social até com antigos funcionários. Os investigadores da AT recolheram o testemunho da ex-responsável pelo departamento de logística da loja, Catarina Barros, que revelou às autoridades que, antes de ir testemunhar no processo, fora chamada à sede da Gato Preto pelo sócio-gerente Mário Tendeiro. Segundo contou, Tendeiro disse-lhe que queria ser avisado quando a ex-empregada fosse chamada a testemunhar, aconselhando-a a ter “cuidado” com o que dizia, pois existiriam muitos *emails* enviados pela testemunha sobre a empresa chinesa Choosing. Segundo contou, passado cerca de um mês, Catarina foi contactada, agora pelo diretor-geral da empresa, para estar numa reunião com vista a integrar um projeto de trabalho. A testemunha garantiu à inspetora Rosinda Leite que não aceitou ir ao encontro. **□**